

RESOLUÇÃO Nº 343/91-CAD

**Regulamenta regime de trabalho de
revoga a Resolução nº 176/87-CAD e
providências.**

Considerando o contido no **Processo nº 143/87**;
considerando o disposto no Artigo 87 do Estatuto e os Artigos 121, 128 e 129 do Regim
da Fundação Universidade Estadual de Maringá;
considerando o processo de análise e sugestões desencadeado nos departamentos pelas I
nºs 09/87-CAD e 176/87-CAD;
considerando que entre os princípios norteadores da política universitária está o de e
docente a desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão;
considerando a necessidade de professores em regime de tempo integral e tempo
dedicacao exclusiva terem avaliada sua produção acadêmica e científica desenvolvida no perío
a 1991;
considerando o Artigo 23 do Estatuto da Fundação Universidade Estadual de Maringá,

**O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO APROVOU E EU, VICE-REITOR, NO
MINHAS ATRIBUIÇÕES ESTATUTÁRIAS E REGIMENTAIS, SANCIONO A SE
RESOLUÇÃO:**

Artigo 1º Fica aprovado o Regulamento dos Regimes de Trabalho dos Docentes da
Universidade Estadual de Maringá , conforme anexo, que é parte integrante desta resolução.

Artigo 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as I
nºs 176/87-CAD e 079/88-CAD e demais disposições em contrário.

Dê-se ciência.

Cumpra-se.

Maringá, 26 de novembro de 1991.

Luiz Antonio de Souza
VICE-REITOR

A N E X O

REGULAMENTO DOS REGIMES DE TRABALHO DOS DOCENTES DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

TÍTULO I

REGIMES DE TRABALHO

Art. 1º O professor da carreira do magistério superior integrará um dos regimes do docente de nível superior, constantes do Estatuto e Regimento Geral da Fundação Universidade de Maringá.

Art. 2º O docente em regime de tempo integral e dedicação exclusiva deverá cumprir um mínimo de 4 (quatro) horas/aula semanais e desenvolver outra atividade de pesquisa, ensino, e administração, a critério do departamento.

Parágrafo único. No regime de tempo integral e dedicação exclusiva, o professor desenvolverá quarenta horas semanais de trabalho em turnos diários completos e não poderá exercer outra remunerada, sendo admitida, porém:

a) a participação em órgãos de deliberação coletiva relacionada com as funções de magistério;
b) a participação em comissões julgadoras e verificadoras relacionadas com o ensino ou pesquisa;
c) a percepção de direitos autorais ou correlatos, devidamente autorizada pela instituição ligada a atividades desenvolvidas com recursos institucionais, de acordo com as normas aprovadas pelo conselho superior competente;

d) a colaboração esporádica, remunerada ou não, em assuntos de sua especialidade e devidamente autorizada pela instituição de acordo com as normas aprovadas pelo conselho superior competente.

Art. 3º O docente em regime de tempo integral deverá ministrar um mínimo de 16 horas/aula semanais e desenvolver outra atividade de ensino, pesquisa, extensão, ou administração, a critério do departamento.

Parágrafo único. O professor poderá somente ministrar aulas, desde que o número de horas/aula semanais seja 16 (dezesseis) e o máximo, 20 (vinte).

Art. 4º Nos regimes de tempo parcial, o professor deverá ministrar aulas semanais conforme estabelecido abaixo:

I - mínimo de 10 (dez) e máximo de 16 (dezesseis) no regime parcial de 24 (vinte e quatro) horas semanais de trabalho;

II - mínimo de 07 (sete) e máximo de 09 (nove) no regime parcial de 12 (doze) horas semanais de trabalho;

III - máximo de 6 (seis) no regime parcial de 9 (nove) horas semanais de trabalho.

TÍTULO II ATIVIDADES E AVALIAÇÃO

Art. 5º Os departamentos aprovarão e encaminharão, no início de cada ano, planos de atividades de seus docentes, organizado em semestres, ao Gabinete do Reitor, após homologação pelo Conselho Departamental.

Art. 6º No final de cada ano, os departamentos deverão aprovar e encaminhar relatórios de atividades de seus docentes, organizado em semestres, ao Gabinete do Reitor, após homologação pelo Conselho Departamental.

Art. 7º A cada dois anos, a partir do ano de 1992, os professores em regime de tempo integral e dedicação exclusiva deverão submeter a processo de avaliação de produção acadêmica e científica.

Parágrafo único. O processo de avaliação referido no *caput* deste artigo será regulamentado pelo Conselho de Administração e Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

TÍTULO III DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 8º Fica vedada qualquer expansão de pessoal da carreira docente para os depa exceto quando houver a correspondente fonte de recursos financeiros.

Art. 9º Poderão ser dispensados de aula os docentes ocupantes dos seguintes administrativos: pró-reitor, prefeito do câmpus, assessor-chefe, procurador jurídico, chefe de G Reitor.

Art. 10. Este regulamento entrará em vigor na data da publicação da resolução de apro Conselho de Administração, revogadas as disposições em contrário.

* * * * *